

UM PALÁCIO DE LIVROS NOS TRÓPICOS: METÁFORA, PROJETOS E CONCRETIZAÇÕES*

*Nelson Schapochnik***

Resumo

Este ensaio aborda as potencialidades do emprego do termo “palácio” para designar uma biblioteca, com especial atenção para com a Biblioteca Pública e Nacional localizada na cidade do Rio de Janeiro. Submetida a uma existência errática pela cidade, ela foi também objeto de concursos e de projetos que nem sempre se concretizaram. O ensaio evoca as agruras enfrentadas por seus administradores e as apreciações de alguns de seus freqüentadores.

Palavras-chave

Biblioteca; palácio; leitura; livros; projetos; concursos.

Abstract

This essay approaches potentialities of the use of the term “palace” to designate library, with special attention to the National and Public Library, located in the city of Rio de Janeiro. Submitted to an erratic existence in the city, it was also the object of contests and projects that were not always realized. The essay evokes the problems faced by its administrators and the opinions of some of its users.

Key-words

Library; palace; reading; books; projects; contests.

*“Ainsi, le problème des bibliothèques se révèle-t-il un problème double:
un problème d’espace d’abord, et ensuite un problème d’ordre.”*

Georges Perec

“Notes brèves sur l’art et la manière de ranger ses livres”

Penser/Classer

O emprego do termo “palácio” para designar uma biblioteca é recorrente em alguns relatórios dos funcionários da Biblioteca Nacional e nos registros memorialísticos consultados. Ele se revela uma metáfora preciosa para indicar o local onde fica concentrado e disposto um multifário conjunto de saberes, materializado sob a forma de livros, gravuras e manuscritos. Independentemente de sua natureza, pública ou privada, sagrada ou profana, antiga ou moderna, toda biblioteca pressupõe não apenas um ordenamento dos materiais ali encerrados, mas também uma determinada organização espacial, de certa maneira anterior à classificação e ao arranjo daquele repertório.

Espaço da leitura onde um leitor silente busca satisfazer seus prazeres egoístas ou local em que um grupo acompanha o exercício de decifração de um texto realizado por outrem, a biblioteca é uma construção, uma intervenção sobre o território. Mas, sobretudo, é habitada por um mito avassalador:

Babel e Alexandria são os dois pólos fundamentais deste imaginário. De um lado, o império dos signos com seus jogos de espelhos e de *mise-en-abîme*, seus laços hipertextuais que se desdobram em labirintos escapando, ao fim, de todo o controle intelectual: a biblioteca como metáfora do infinito, do tempo imóvel, da imensa sincronia de todas as palavras e pensamentos já formulados, sob risco da perda de sentido e de referência. De outro, o incêndio, a ruína, o esquecimento, a morte: a biblioteca ou o pesadelo da destruição, a obsessão do irremediável, a interrupção brutal da transmissão.¹

Embora integradas no cenário cultural oitocentista, as novas bases institucionais da leitura implantadas na cidade do Rio de Janeiro tiveram uma existência errática. Submetidos a sucessivos deslocamentos, as bibliotecas e os gabinetes de leitura ocuparam as mais distintas instalações, que incluíram desde as dependências de um hospital (Biblioteca Pública), os quartos de hotéis (British Subscription Library), até as residências particulares (Gesellschaft Germânia, Gabinete Português de Leitura, Bibliotheca Fluminense, Biblioteca Pública), quando não compartilharam seu edifício e seus funcionários com outras instituições (Biblioteca Municipal). Como se percebe, eles foram adaptados a espaços previamente forjados para outras utilizações, o que gerava, de tempos em tempos, queixu-

mes generalizados por parte dos administradores e funcionários, que se viam obrigados a encaixotar os livros e desmontar parte do mobiliário para depois realizar a operação inversa, remodelando a biblioteca de acordo com as novas instalações.

E nem sempre os leitores suportaram esses deslocamentos. Quando a Biblioteca Pública foi transferida de sua sede originária, na rua detrás do Carmo, para as proximidades do largo da Lapa, ou quando o Gabinete Português de Leitura saiu da rua da Quitanda para a rua dos Beneditinos, na década de 50, o resultado imediato foi uma brusca queda no movimento dos leitores.

O nomadismo das bibliotecas decorria basicamente de dois motivos: as minguadas verbas a que tinham acesso, provenientes de subscritores ou dos cofres públicos, e a opção deliberada, sempre que possível, pelo investimento na ampliação do acervo. No entanto, a vertigem suscitada pela ambição de adquirir mais e mais volumes impunha a necessidade de aumentar o espaço físico da biblioteca, isto sem falar das decepções e frustrações advindas da impossibilidade de reunir a memória do mundo. Particularmente porque, com as novas tecnologias da produção editorial implantadas no século XIX e a multiplicação de títulos e edições, tornou-se inviável qualquer possibilidade de esgotamento.

A maior delas, a Biblioteca Pública e Nacional, esteve por cerca de quatro décadas comprimida nas antigas dependências de um anexo da Igreja do Carmo, onde funcionara um hospital. Contudo, os relatos dos visitantes não denigrem a conformação espacial ou arquitetural deste estabelecimento, muito pelo contrário, eles enfatizavam a plena adequação e o prazer das horas ali despendidas. Para Schlichthorst, que circulou pela cidade durante os anos 20, a impressão registrada foi amplamente favorável:

A Biblioteca Pública também é uma relíquia do tempo do Rei. É riquíssima em história eclesiástica e contém genealogias da fidalguia portuguesa e espanhola. Tudo se acha amontoado e sem ordem por sistematização. Encontram-se poucas obras modernas posteriores a 1815. Só existia um volume da Viagem do Príncipe Neuwied. A Biblioteca está instalada em um prédio da Igreja do Carmo e é muito freqüentada, principalmente por padres. As carteiras para ler são cômodas. Há com abundância e à mão tinta e papel. É um prazer passar ali algumas horas.²

O excerto destaca a “numerosa” freqüência de leitores, a presteza no atendimento, a conveniência do mobiliário, as qualidades do acervo - marcado pela preciosidade de alguns fundos e pela rarefação de “obras modernas” -, mas também registra o desarranjo dos livros.

Alguns anos mais tarde, um capelão de nome Robert Walsh, que acompanhava Lord Strangford ao Brasil, anotou com minudências a sua visitação à Biblioteca Pública:

(...) composta de 60.000 volumes de livros em todas as línguas, antigas e modernas, contendo ilustrações, mapas e manuscritos. Mas é particularmente conhecida devido à sua coleção de Bfblías, maior, talvez, do que qualquer outra no mundo; elas ocupam uma seção inteira. Os livros estão distribuídos por diversas salas, mas especialmente em dois salões; um deles, de uso exclusivo da família imperial, e o outro, aberto ao público que tem livre acesso a todos os livros da biblioteca.

Passei grande parte de meu tempo nesse nobre estabelecimento, e não o considero inferior a nenhum outro similar na Europa, tanto no tamanho quanto na amplidão das acomodações, embora o número de livros atualmente possa ser menor. Todas as pessoas são, não apenas admitidas sem perguntas ou averiguações, como convidadas a entrar e ampliar seus conhecimentos. O acesso à biblioteca é feito através de uma enorme escadaria de pedra, decorada com lindas pinturas do Vaticano. A sala de leitura fica num espaçoso salão em arcos que se estende por todo o prédio e por onde circula constantemente uma brisa através das largas janelas situadas nas extremidades. Nesse local a pessoa senta-se numa mesa comprida coberta com um pano verde, equipada com escrivantina e material para escrever, como acontece no Museu Britânico. Há diversos bibliotecários espalhados por todo o salão que atendem a qualquer pedido que for feito. Eles recebem os periódicos do Rio e das cidades do interior todas as manhãs e isso, juntamente com o crescente gosto pela leitura, atrai a esse lugar muitos brasileiros de todas as raças, que parecem não apenas se divertirem muito como também se sentirem bastante orgulhosos dela. A Biblioteca abre todos os dias, exceto nos feriados, a partir das 9 horas da manhã, e não conheço nenhum outro local onde seja possível suportar o calor de forma mais agradável, ou proveitosa, do que nesse local fresco, silencioso e distinto. Assim, meu amigo, não seria uma grande injustiça condenar os católicos como inimigos do saber? Aqui existe uma nobre e pública instituição literária, composta de livros sobre todos os assuntos, fundada por um monarca de convicção católica, e num sistema muito mais liberal e menos restrito do que qualquer outro estabelecimento similar em nosso país protestante. Ela é mantida por uma verba anual de quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco mil réis.³

Embora longa, a passagem de Robert Walsh é sobejamente significativa, pois descreve e comenta o cenário do ponto de vista de um estrangeiro letrado, o que lhe permite traçar afinidades e antinomias entre esta instituição e as similares européias que conhecia. Ele ressalta a pluralidade dos artefatos textuais, a diversidade das obras, a riqueza de algumas coleções, a ausência de constrangimentos no trato com o público, a disposição do mobiliário, o crescente gosto pela leitura, etc. No entanto, nenhuma das referências parece aproximar este local a um palácio, salvo a menção ao salão reservado à família imperial.

Se, aos olhos dos viajantes, a Biblioteca Pública cumpria plenamente o seu papel de “lugar de memória”⁴, para Grandjean de Montigny, as instalações da instituição não eram compatíveis com a “imagem” da corte imperial. Ante a tradição portuguesa de construção espontânea e as disputas pelo controle “artístico” das obras públicas da capital, o projeto do professor de arquitetura da Academia Imperial de Belas-Artes fornecia uma solução

monumental que enaltecia a cidade e o Império. O contraste de escala e de repertório formal permitia estabelecer, de maneira pontual, um contraste com as feições da paisagem da cidade colonial dominada pelas igrejas e pelos conventos.

O traçado empregado por Montigny revela um grande palácio de feições neoclássicas, com soluções arquitetônicas nitidamente paladianas. A fachada do prédio era bastante despojada, uniforme e simétrica. Um pequeno lance de escadas, ornamentado com duas alegorias, à esquerda a “Philosophia” e à direita a “Poesia”, dava acesso ao portão principal. No corpo central da fachada, destacava-se um pórtico jônico de seis colunas. No pavimento superior, uma *loggia* se destacava com hermas de feição grega, sustentando a arquitrave e simbolizando as musas. Todavia, nem todas estavam contempladas, pois, se por um lado se faziam presentes Urânia (astronomia), Clio (história), Polímnia (pantomímia), Terpsícore (dança), Tália (comédia) e Érato (poesia lírica), por outro lado, Calíope (poesia épica) Euterpe (música) e Melpômene (tragédia) não estavam lá representadas.⁵ No alto sobressaía uma imensa platibanda e, sob a colunata do corpo central, um frontão exibia o brasão imperial.

Lamentavelmente, a ausência das demais pranchas impede uma caracterização mais minuciosa deste projeto.⁶ De qualquer maneira, convém notar que a austeridade do pavimento inferior certamente dificultaria a difusão da luminosidade natural e a aeração do ambiente, o que talvez pudesse ser compensado pelas janelas dispostas no pavimento superior. No entanto, o isolamento do edifício e a existência de duas aberturas laterais que davam acesso a amplos corredores, jardins e chafarizes também poderiam indicar uma resolução para os problemas aludidos. Acrescente-se, ainda, que o risco empregado na figuração do novo palácio de livros estava perfeitamente adequado às condições técnicas e materiais disponíveis, naquele momento, na corte imperial.

Embora seja questionável a lacuna no panteão das musas, o projeto de Grandjean de Montigny para a Biblioteca Nacional foi apresentado na Exposição Geral da Academia de Belas-Artes de 1842 e recebeu uma entusiástica avaliação por parte do diretor Felix Emílio Taunay. De acordo com o parecer dos membros da congregação da Academia:

(...) uma produção se oferece com primazia visível entre todas; e a observação atenta confirma esta primeira impressão: hê o projecto da Bibliotheca Imperial formado pelo Professor Grandjean de Montigny. Simplicidade e propriedade de character, solidez na forma e elegância de decoração, disposição grandiosa e aspecto monumental, taes são as qualidades que elevam esta obra à categoria das mais notaveis no seu genero tal hê o fundamento do voto que esta Academia se anima à expressar, que, na falta existente de um edificio isolado, adequado às necessidades de uma bibliotheca para a Capital, se lance mão de um risco tão grandioso e original. A Academia se lisongeia de sentir a convicção que, com uma indicação semelhante, ella attende menos à consideração da pessoa que ao interesse publico: entretanto a realização phisica de uma concepção sublime é a verdadeira recompensa do seu autor.⁷

Um ano após o parecer e a premiação, o projeto ainda não havia sido colocado em prática. Mas as pranchas que reuniam os desenhos traçados por Montigny foram novamente expostas na Exposição de 1843. Desta feita, o elogio partiu de Manoel Araújo Porto-Alegre, que redigiu, para as páginas da *Minerva Brasiliense*, uma nota onde enaltecia o traço empregado na representação do interior da biblioteca, mas sobretudo louvava a firmeza e engenhosidade do ancião:

Este bello debuxo he huma obra preciosa; feito á maneira dos architectos, tem huma pureza de formas, huma riqueza de ornatos e huma harmonia de linhas que provam exuberantemente a delicadeza de hum dos maiores desenhadores que sahio da escola dos srs. Percier e Fontaine. Feliz o mortal que na idade do Sr. Grandjean pôde conservar huma mão tão firme, e huma frescura de colorido e ligeireza de toque como se observa naquelle debuxo: os desvios que o autor apresenta da sua planta são causados por não querer mascarar com hum entrecolumno o rico amphitheatro do fundo da bibliotheca.⁸

Contrariando o parecer de Taunay, que afirmava ser a sua realização o digno prêmio ao projeto, como também a suposta sintonia entre o interesse público e as potencialidades inerentes à difusão de uma ampla ordem de saberes, a implantação do palácio não vingou e a biblioteca permaneceu nas velhas dependências do antigo Hospital.

Malgrado o confinamento da Bibliotheca Pública no seu *locus* originário, é possível inferir um crescimento do acervo e um indício do esforço de atualização, indicando se tratar de uma instituição voltada à difusão filantrópica e educativa do saber, distinta do aspecto patrimonial e do caráter de espaço puramente de exibição que caracterizava a “biblioteca do príncipe”.⁹

Esta asserção é corroborada pelos registros de um napolitano que aportou no Rio de Janeiro na década de 40. As anotações de Eugenio Rodriguez reiteram impressões já divulgadas por outros viajantes, notadamente, sobre a genealogia, a configuração espacial, a riqueza e a liberalidade no acesso ao acervo. No entanto, o tom distintivo indicador da atualização de uma parcela dos fundos também comparecia, quando ele informava ser a instituição “*provedutta abbondantemente chi libri moderni, soprattutto di letteratura francese*”.¹⁰

Paralelamente ao enriquecimento do acervo e a supressão de lacunas nas coleções, o então bibliotecário Frei Camillo de Monserrate, que ocupava o cargo de diretor do estabelecimento nos anos 50, procurou introduzir novas condições materiais que repercutiriam na ambiência do palácio de livros e nas práticas de leitura nele realizadas.

Monserrate parecia ter muita clareza do que significa ler numa biblioteca. Local do recalque, dos substitutos do desejo, uma vez que lá se busca aquilo que não se possui, ela é um espaço que se visita, mas não um espaço que se habita. Ainda assim, ele demonstrava

uma preocupação com o bem-estar dos leitores, propiciando conforto para as horas despendidas na leitura. Em resposta à demanda do público, ele solicitou a substituição do tosco mobiliário, constituído por “moxos de madeiras incommodos”, por “cadeiras de palhinha”, supostamente mais adequadas à disposição corpórea dos leitores. Essa associação entre a leitura e uma determinada postura variava em decorrência da forma e da dimensão do material que se consultava. As condições de legibilidade e a gestualidade inerente à leitura, por exemplo, de um livro *in-octavo*, formato de fácil manejo, que poderia ser depositado sobre a mesa ou ser mantido em suspenso pelas mãos do leitor, eram bastante distintas daquelas exigidas para a leitura de volumes de grandes dimensões. Monserrate não se descurou dessa dimensão performativa da leitura e reivindicou a necessidade de “por ao alcance dos leitores que consultão os livros in-folio huns prismas triangulares, para encostar estes volumes e dar-lhes huma actividade commoda”.¹¹

Se o acesso à Bibliotheca Pública pressupunha leitores decentemente vestidos, conforme preconizavam os anúncios da instituição publicados no *Almanack Laemmert*, as disposições do vestuário e dos objetos aninhados junto ao corpo dos leitores, exigidas na circulação social, transformavam-se em obstáculos e criavam incômodos para o bom desempenho da leitura. A incompatibilidade entre essas exigências formais de apresentação e a necessidade de um certo despojamento para o ato de ler suscitou uma solicitação pontual do diretor, não deixando de acrescentar uma pitada de *humeur*:

A ordem da Bibliotheca parece exigir a confecção de hum cabide para depositar-se nelle as armas, bengalas e chapéos de sol, no vestíbulo do estabelecimento: os chapéos de chuva espalham agoa nas sallas: as armas e bengalas perturbam o silencio e podem se tornar instrumentos de rixas, mesmo scientificas.¹²

Depois de implantar um vasto plano de melhoramentos, Monserrate se convenceu de que o velho prédio que abrigava a biblioteca era incompatível com as dimensões do acervo e de que as deploráveis condições materiais impunham uma urgente mudança. Seu desejo de ver a biblioteca sediada em um outro ponto da corte imperial foi gradativamente se transformando numa verdadeira obsessão.

Inicialmente se pensou no edifício do Recolhimento de N. S. do Parto; no entanto, Monserrate foi contra. Depois foi sugerido o Quartel de Bragança, reedificado em 1854, mas julgado pelo diretor da Biblioteca como não adequado. Ele, por sua vez, indicou o prédio traçado por Grandjean de Montigny na rua do Passeio, canto das Marrecas, só que seu pedido não foi aprovado pelo governo. Finalmente, o governo adquiriu, em 1855, por 125:000\$ rs., o edifício neoclássico, de três andares, situado no Largo da Lapa nº 48, em frente ao Passeio Público, pertencente a João Pereira da Rocha Vianna. A transferência do

acervo demandou inúmeras viagens de tálburis carregados de livros a um custo de 10\$ rs., que foi objeto de censuras e reprimendas por parte do indignado Marquês de Olinda, Secretário dos Negócios do Império, instância à qual a biblioteca estava submetida.

Depois de uma longa reforma, a instituição foi aberta ao público aos 5 de agosto de 1858. Desafortunadamente, a vitória fora parcial, pois a nova biblioteca não dispunha de gás encanado, o que limitava a consulta pública ao horário das 9 às 14 horas, em função das condições naturais de luminosidade. Estava também desprovida das muitas melhorias projetadas por Monserrate e que não foram implementadas, permanecendo nas gavetas da Secretaria. Embora mais espaçosa, a conformação interna do estabelecimento não estava alicerçada em critérios estéticos ou funcionais. Sua descrição por Moreira de Azevedo é vazada por um misto de laconismo e escárnio, quando afirmava categoricamente: “Não há architectura, não há elegancia neste edificio, nada tem de bello, nem de grandioso; é uma casa construída para moradia particular”.¹³

Pelo que até aqui se pode perceber, a pertinência do termo palácio para se referir à Biblioteca Pública parece limitada. A crer em Moreira de Azevedo, a forma não se ajustava ao conteúdo. Este desvio suscita uma outra possibilidade de significação, que não é de ordem denotativa, pois não remete à concretude de sua configuração espacial ou de algum traço arquitetural. Pelo contrário, o seu emprego pode ser justificado pela relação conotativa que ele estabelece, enquanto indício de riqueza e opulência.

A despeito de suas feições de moradia particular adaptada para receber a copiosa coleção de livros, manuscritos e gravuras, a Biblioteca Pública possuía qualidades inequívocas. Segundo Koseritz, que a visitou no dia 7 de agosto de 1883, ela era um verdadeiro monumento:

Quem se esforça em considerar como mesquinaria tudo o que o Brasil possui, não deve entrar na Biblioteca Nacional, pois nela se encontra um estabelecimento com que o Brasil se aproxima dos maiores países da Europa. Fiz hoje uma visita à Biblioteca e estou ainda todo sob a impressão que ela me causou. A Biblioteca se acha em um grande edifício em frente ao Passeio Público. Este é bastante espaçoso, mas insuficiente para os fins e para a abundância dos livros, pois a Biblioteca possui cerca de 150.000 volumes. Na entrada estão as estátuas de Pedro I e Pedro II, e em um nicho sobre a escada o busto de D. João VI, que é bem merecedor desta honra, pois o que a Biblioteca possui de mais custoso e de mais raro deve-se à circunstância de ter sido trazido por D. João na ocasião da sua fuga para o Brasil, no ano de 1806 (*sic*), tendo absolutamente aqui permanecido. Portugal perdeu assim tesouros que são insubstituíveis. Fui recebido com a maior gentileza pelo Bibliotecário, conselheiro Saldanha da Gama, o Chefe da secção, Teixeira de Melo, e o 1º Oficial, dr. Fernandes de Oliveira, e estes senhores me concederam a honra de me acompanhar durante toda a visita. A casa tem quatro andares, três dos quais ocupados pelos livros de tal sorte que quando se sobe a escada já estamos no meio deles.

150.000 volumes entre os quais numerosos muito grossos e de enorme formato tomam muito espaço e enchem grande número de salas. Nesta primeira visita pude naturalmente ver apenas as maiores raridades; para ter um golpe de vista geral sobre tudo seriam necessários vários meses. A direção geral, que muito trabalha, ocupa a sala do meio; ao lado fica a sala de leitura, longa, estreita e um pouco escura, pois, como já disse, a casa é demasiado pequena. De todos os tesouros que vi na travessia dessas salas infindáveis referirei aqui somente o que for de mais raro e interessante. A Biblioteca possui naturalmente literatura de todos os países e idiomas e em matéria de livros alemães contém verdadeiras preciosidades. Entre outras lá estão as obras completas do Grande Frederico em 31 volumes. É uma edição de luxo em língua francesa (que como se sabe, é aquela em que habitualmente escrevia Frederico da Prússia), in quarto e em papel velin, impressa por conta da casa Real prussiana e mantida fora do comércio. A secção histórica é absolutamente completa no que se refere ao Brasil e a Portugal; para o estudo da história nacional ali se encontram reunidos incríveis preciosidades, inclusive as mais velhas cartas marítimas e mapas. Igualmente opulenta é a secção clássica na qual se encontram centenas de incunábulo (livros impressos antes de 1520). Ali estão edições de clássicos de todas as épocas, pertencentes aos maiores países, dignos senhores que há séculos já fizeram na vida o que tinham de fazer. Também a secção de manuscritos possui muitos milhares (inclusive papirus romanos, gregos e egípcios). Não a pude visitar, mas o farei ainda, porque ela contém muita coisa importante, principalmente centenas de cartas de jesuítas, inclusive Anchieta e Nóbrega. Mas tudo isto desaparece diante da sala de raridades excepcionais. Ali estão dois exemplares da Bíblia na primeira edição de Fust e Schoeffer, impressa em Mogúncia no ano de 1456 (*sic*). Desta edição só existem no mundo 30 exemplares e destes 30 a Biblioteca possui dois. Os exemplares são absolutamente autênticos e datados da maneira usual por Fust e Schoeffer. E apesar disto perdem o interesse quando vemos no armário de vidro os manuscritos da Bíblia e do Saltério. São manuscritos do século XI, XII e XIII, altamente impressionantes pela frescura das cores, a correção dos desenhos, e segurança da escrita. Os desenhos são lindos não só nos títulos e cabeças de capítulos como nas iniciais iluminadas. Estes manuscritos da Bíblia feitos pelos monges não são muito raros na Europa, mas poucas bibliotecas no mundo possuem um manuscrito como um exemplar do 12º século, existente no Rio. (...) Um outro manuscrito interessante é um saltério espanhol (livro judeu, que data do ano 5306, ou melhor, 1310 da nossa era). Existem ao todo mais de 30 Bíblias, Saltérios etc., com admiráveis desenhos. Vê-se também a primeira edição dos Lusíadas de Camões, assim como a grande edição de luxo, comemorativa do último centenário do grande poeta. Também me despertou interesse uma coleção de escritos preparados no fim do século XVI por um abade português e que contém as mais antigas obras históricas sobre o Brasil, entre as quais, por exemplo, a primeira história do descobrimento do Brasil, com raras gravuras em madeira (...) A reunião de documentos manuscritos e impressos é de uma grande importância histórica e deve interessar consideravelmente aos pesquisadores. (...) A Biblioteca possui também uma rica coleção de moedas que está sendo justamente completada. (...) Dedicarei um artigo especial às gravuras em madeira e às águas-fortes da Biblioteca, tão importante me pareceram.¹⁴

A advertência inicial já fornece uma chave para a leitura do texto: a biblioteca é o avesso da imagem que se fazia da *terra brasilis*. Ou, em um outro diapasão, o império

brasileiro nada se assemelhava à biblioteca que possuía! O relato testemunhal de Koseritz reforça a legitimidade do emprego da metáfora palácio, posto que a Biblioteca Pública reunia um tesouro polivalente cuja preciosidade era traduzida por uma narração pontuada com repetidas expressões que indicavam quantidade (“centenas”, “milhares”, “abundância”) e qualidade (“custoso”, “raro”, “precioso”, “luxo”, “opulenta”, “tesouro”, “primeira edição”). Elas agregavam ao casarão índices de riqueza material e simbólica, que produziam efeitos estupeficientes no narrador a cada nova dependência visitada. Mesmo entorpecido pela travessia de salas abarrotadas de objetos sedutores, ele não deixou de salientar a parvoíce das instalações: “a casa tem quatro andares, três dos quais ocupados pelos livros de tal sorte que quando se sobe a escada já estamos no meio deles”, “a sala de leitura, longa, estreita e um pouco escura, pois, como já disse, a casa é demasiado pequena”. Em que pese a limitação espacial da instituição, ela já dispunha de um sistema de gás encanado que facultava a ampliação do horário de consulta, apresentando também uma organização em salas especiais ou “secções” (manuscritos, obras raras, numismática, gravuras) que revelam a complexidade dos fundos ali reunidos.

Foi também nessa quadra que se aventou a necessidade da construção de uma nova sede especificamente traçada para abrigar a biblioteca, agora, mais do que nunca, abarrotada com as novas incorporações, com o desenvolvimento da produção editorial e com a generalização da prática do depósito legal.

Depois de sucessivos queixumes dos diretores da biblioteca e de reformas paliativas no velho casarão da Rua do Passeio, foi instituído no ano de 1883 um edital que anunciava a realização de concurso público visando a edificação das instalações da Biblioteca Nacional, do Arquivo Público e de salas de conferências. A seleção do projeto seria atribuição do Ministro do Império, que acataria o parecer de uma comissão composta pelo bibliotecário do Biblioteca Nacional, do diretor do Arquivo Público e por três engenheiros, ficando estabelecido o prêmio de 10:000\$ e 4:000\$ para o primeiro e segundo lugar. De acordo com as especificações, o projeto deveria conter as respectivas plantas (geral, fachada principal e lateral, corte longitudinal e transversal), um memorial descritivo e um orçamento que não poderia exceder a quantia de 1.000:000\$ rs.¹⁵

Ressalte-se que o projeto deveria contemplar alguns aspectos detalhados no edital, a saber:

III – A Bibliotheca terá três secções: uma destinada aos impressos, com capacidade para 500.000 volumes, em comunicação com as duas sub-secções de cartas geographicas e medalhas; outra destinada aos manuscritos, e a ultima à estamperia, cada uma destas em salões differentes.

IV – O edifício para o Archivo Publico terá quatro secções; uma destinada á parte administrativa, em salões de vastas dimensões; outra á parte histórica; outra á parte legislativa; e a ultima á parte judiciária, cada uma dellas em um salão.

V – O edifício para as conferencias scientificas e litterarias, e as sessões de sociedades da mesma natureza, terá os salões necessários e apropriados para esse fim.¹⁶

O resultado do concurso foi divulgado apenas em 1885, e a comissão indicou como vencedora a proposta do engenheiro arquiteto parisiense Auguste Sauvage, seguida pelo projeto do também engenheiro arquiteto Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá, residente no Rio de Janeiro. Curiosamente, a concretização do projeto para a biblioteca, mais uma vez, não se consumou. Todavia, as plantas traçadas por Sauvage acabaram por integrar o acervo publicitário reunido no pavilhão brasileiro da Exposição Universal de 1889, realizada em Paris. Em meio a uma profusão de produtos tropicais, de fotografias que serviam para propagar a imigração européia e de objetos indígenas cuidadosamente selecionados pelo seu caráter exótico e pitoresco, figurava o projeto para a instituição.

Ainda na conjuntura finesseccular, a Biblioteca Pública foi beneficiária de atos voluntariosos de indivíduos que doaram diversas obras e manuscritos ou, ainda, pela aquisição e incorporação de bibliotecas privadas e institucionais que contribuíram para manutenção de uma aura palaciana para o estabelecimento.¹⁷ Mas, sem dúvida, a mais complexa e numerosa coleção que veio a ser integrada aos seus fundos foi o espólio da biblioteca imperial, que o velho monarca fez questão de intitular com o nome de sua esposa, Theresa Cristina, constituída de manuscritos, fotografias, gravuras e cerca de 43.236 volumes encadernados e diversas brochuras.¹⁸

Com o triunfo dos republicanos, a Biblioteca Nacional passou à órbita do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Essa nova subordinação não interferiu no cotidiano da instituição, uma vez que os problemas vividos pelos administradores e funcionários não foram minorados. Na perspectiva do diretor, além da exigüidade espacial e do risco de incêndio, a biblioteca carecia de verbas para a encadernação das coleções ou para preencher as lacunas na seção de periódicos. Para os funcionários, os vencimentos permaneciam irrisórios, e a instalação da iluminação elétrica nas suas dependências, permitindo a ampliação do horário de visitação das 8 às 21 horas, não teve como contrapartida a contratação de novos servidores (quando não diminuiu, em função de licenças ou transferências). No entanto, um fato é inquestionável, o fluxo de consulentes e o número de obras consultadas na seção de impressos aumentou consideravelmente, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

ANO	CONSULENTES	OBRAS CONSULTADAS
1892	11.729	13.618
1893	9.950	12.691
1894	10.375	13.116
1895	14.047	17.317
1896	16.052	20.055
1897	16.877	22.475
1898	19.625	25.711
1899	19.668	26.673
1900	20.385	26.766
1901	25.281	35.020

Fonte: Relatórios do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores.

A situação paradoxal da instituição foi objeto de sucessivas mensagens de Manuel Cícero Peregrino da Silva, então diretor da Biblioteca Nacional, dirigidas ao “cidadão” Ministro da Justiça. De acordo com o relatório do ano de 1902, a precariedade das instalações do edifício da Rua do Passeio era incompatível com “o maior tesouro bibliográfico da América Latina”. Ele argumentava também que as possibilidades de remanejamento do espaço interno estavam esgotadas, conquanto algumas reformas e medidas paliativas tivessem sido realizadas, incluindo aí o prolongamento das estantes até o teto, a transformação de corredores e galerias em salas e a alocação de parte do acervo na antiga morada do bibliotecário. O resultado imediato era o de um ambiente completamente entulhado de estantes repletas de livros, “embaraçando o transito de pessoal e a livre passagem do ar”.

O apelo não só surtiu efeito, como também suscitou uma estratégia vitoriosa de mobilização e convencimento dos membros da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados que ficaram sensibilizados, depois de visitarem o estabelecimento, com a tal mixórdia e resolveram se empenhar na aprovação das verbas necessárias à implementação de um novo projeto para a instituição.

Inicialmente, foi cogitada a instalação da nova biblioteca ao lado do Arquivo, na rua Visconde do Rio Branco, próximo da Praça da República (a nova denominação do Campo de Santana). Todavia, a idéia foi abandonada pelo inconveniente de prejudicar as zonas de expansão dos edifícios na malha urbana local. Foi-lhe, então, reservado um terreno, que ocupava uma quadra, na Avenida Central. Por decisão do Ministro J. J. Seabra, a verba para a construção foi consignada no orçamento e o projeto foi confiado ao engenheiro Gal.

Francisco Marcelino de Souza Aguiar que havia se notabilizado pela construção do Quartel Central dos Bombeiros e dos Pavilhões Brasileiros nas Exposições do México e St. Louis (1904).

Paulo F. Santos registra, no estudo introdutório ao *Álbum da Avenida Central*, que o partido adotado por Souza Aguiar estava totalmente calcado no plano do arquiteto francês Hector Pepin, cujo projeto compreendia: 1.^{er} Étage, Plan du Sous-Sol, Façade, Installation du Service Pneumatique de Dépêche de la Salle de Lecture à la Bibliothèque. Ele ainda sublinha que

(...) o desenho de Pepin mostra que não se tratava de um simples estudo, ou mesmo de um anteprojeto, mas sim de um projeto definitivo, única hipótese para que o projetista chegasse a tais detalhes. A estrutura era semelhante às dos demais prédios da Avenida: paredes perimetrais de alvenaria e o miolo de ferro. Havia indicação precisa de cada pilar: quatro cantoneiras com chapas intermediárias, parecendo ter sido dimensionadas por meio de cálculos estáticos. Quanto à fachada do projeto francês, que também serviu de inspiração à do projeto executado, filia-se, como em toda a Avenida Central, ao ecletismo internacional.¹⁹

A elucidação para este caso de apropriação, que na verdade foi um procedimento empregado na grande maioria das edificações implantadas na Avenida Central e no remodelamento da cidade do Rio de Janeiro daquele período, vem do arquiteto Lúcio Costa. Ele explica que era praxe dos escritórios brasileiros a encomenda e a compra de projetos originalmente formulados na França para, posteriormente, serem transplantados e adaptados às condições técnicas e artísticas disponíveis no Brasil. A propriedade autoral passava, então, a ser atribuída ao escritório que havia adquirido o projeto e se incumbido de dar a sua materialização.²⁰

O local escolhido para a nova biblioteca não foi nada aleatório. Inquestionavelmente, o monumental palácio dos livros integrava-se no conjunto arquitetônico de edifícios públicos estrategicamente dispostos na Avenida Central. Situado ao lado do Museu de Belas Artes, na diagonal do Teatro Municipal e fronteiro ao Palácio Monroe, o novo estabelecimento fazia parte da cenografia que visava enraizar a imagem civilizada dos grupos dirigentes e da cidade remodelada como *imago* da modernidade.²¹

O que fica evidente neste projeto é a sua capacidade de mesclar uma linguagem compositiva de certa maneira severa juntando ainda elementos decorativos de nítida inspiração erudita ou acadêmica com técnicas construtivas modernas. A solução historicista, decalcada no exterior e interior do edifício de feições neo-renascentistas, parecia corresponder a uma engenhosa filiação da cultura racional moderna, identificada com a ordem dos saberes dos quais a biblioteca era portadora, e aos ditames da jovem República, contrapondo-se ainda ao arcaísmo da sociedade imperial.

Aos 15 de agosto de 1905, era lançada a pedra fundamental do imponente edifício, consagração da cultura letrada e monumento votivo dos novos tempos. A festividade e a celebração contaram com a presença do então Presidente da República, Rodrigues Alves, e de toda a cúpula do governo. A ata comemorativa, especialmente desenhada pelo pintor Rodolfo de Amoedo e gravada em água-forte por Modesto Brocos, foi distribuída às pessoas mais importantes, junto com a medalha comemorativa, de autoria de Augusto Girardet.²²

Mais ou menos nessa ocasião, o escritor João do Rio aludia, na crônica “Hora da biblioteca”, ao encontro com um cavalheiro que lhe dava a nova, cheio de satisfação: “Afinal, meu amigo, a Biblioteca vai ter um extraordinário palácio, que já está por cinco mil contos! A nossa pobre preciosidade está numa tal barafunda com o pessoal brigado, a confusão dos catálogos, a confusão das estantes, a confusão dos leitores, que só a mudança salvará”.²³ O encontro fortuito suscitou no narrador o desejo de “matar saudades daquele lugar onde eu passara ha annos um tempo de voraz e obscura leitura”.

Depois de comentar a ausência de público nas seções de numismática e de estampas e de registrar a presença de “um ou outro historiador, um ou outro curioso a ler trechos da vida oculta dos reis portuguezes e a verificar mapas” na seção de manuscritos, o cronista tece considerações sobre a intermitência das levas de estudantes, “meninos ainda nos preparatórios”. Ainda de acordo com João do Rio, as mesas da seção de impressos, no período das dez da manhã até as três da tarde, horário inicial do *footing* pela Rua do Ouvidor, “ficam cheias de uma sociedade mais ou menos ruidosa, que se levanta a cada passo para beber água, lavar as mãos e fumar em certos retiros facilitadores de necessidades urgentes”. A crer no relato do cronista, que diz ter acompanhado por três anos os boletins desses consulentes, “noventa e nove vezes em cem, lia *Phisica*, de Ganot; *Geometria*, de F. I. C.; *Chimica*, de Langlebert, no primeiro boletim, e nos outros: *A Rainha Margot*, *Os Tres Mosqueteiros*, *O Guarany*, *Os Fantoques de Mme. Diabo*, *Lucíola*, *Nana*”.²⁴

Por volta das seis horas, os estudantes retornavam, “alguns ainda palitam os dentes do jantar”, e a impertinência da leitura compartilhada seguia num crescendo. “Os siamezes do saber susuram (sic) a principio, falam depois baixinho e conversam finalmente quase alto, conversam de tudo menos de estudo, enchendo de um rumor surdo a Biblioteca, onde é do regulamento guardar silencio”.²⁵

Além desse público cativo, circulavam “tipos interessantíssimos”: missivistas apaixonados que se serviam da tinta e do papel cedido gratuitamente; anotadores compulsivos; eruditos “que ped(ia)m livros ilegíveis ha seculos”; poetas que solicitavam o próprio livro, propalando a plenos pulmões ser uma obra muito procurada; consulentes que desconfiam da existência de autores, mas não sabiam o título de suas obras.

João do Rio encerrava sua crônica com uma passagem bizarra, valendo-se de um estereótipo que, bem ou mal, ilustrava os desencontros e atribulações entre os leitores e os funcionários da biblioteca:

Hei de lembrar sempre que uma vez, tendo subido á sala publica, encontrei certo mocinho de olhos a discutir furioso com um auxiliar de farta bigodeira.

O auxiliar dizia, batendo no boletim:

– Como quer o sr. que eu saiba o que deseja, se escreve Larousse em duas palavras e sem um s? Como quer que eu descubra o Larousse no La Buse?

– Foi um lapso, um lapso claro, berrava o mocinho. E de repente:

– Bom, não quero mais Larousse, quero Hugo, *Chatiments* de Hugo.

Em torno já havia curiosos e nós esperávamos a conclusão da scena, como no teatro. (...)

– Não temos.

– Não é possível. Não ter os *Chatiments* do grande Hugo, de Victor Hugo... (...)

– Hom’essa! O senhor começa a ser impertinente. Duvida? pois venha ver...

O mocinho precipitou-se, meteu o nariz na gaveta e a sala vibrou logo com a sua voz violenta:

– Ora! tenho ou não tenho razão! O senhor estava procurando Victor Hugo na letra U...²⁶

Durante quatro anos, os engenheiros Napoleão Muniz Freire e Alberto de Faria acompanharam a materialização do projeto do palácio de risco eclético, que mesclava elementos neoclássicos e soluções inspiradas na estética *art nouveau*. As várias etapas da obra, desde as fundações, o alçar e a montagem das estruturas de aço empregadas para dar solidez e sustentação ao edifício, os trabalhos de alvenaria e de cantaria, como também o acabamento e a ornamentação foram captados e perenizados pelas lentes de Augusto Malta, fotógrafo oficial da gestão Pereira Passos.

Ao fim da longa jornada, resplandecia o imponente prédio de cinco andares, projetado inicialmente para acolher “um milhão de livros impressos e mais para todo o acervo de manuscritos, estampas, colleção numismática etc”. No centro da fachada principal, um grande pórtico, sustentado por seis colunas coríntias era encimado por um frontão triangular de bronze, com a figura da República ladeada pelas alegorias da *Imprensa*, da *Bibliografia*, da *Paleografia*, da *Cartografia*, da *Iconografia* e da *Numismática*. O conjunto, em relevo, foi executado segundo a maquete de Modesto Brocos, professor da Escola de Belas Artes. Ao longo da fachada do edifício, grandes janelas, guarnecidas com vidros bizotados, exibiam o brasão da República, fornecendo insolação e ventilação. Ainda na entrada, três imensos portões de bronze dão acesso ao vestíbulo e, a seguir, a um imenso saguão onde se destacam o colonato toscano, os balaústres de mármore, as frisas decoradas e as arandelas. Ao fundo, estava a escadaria de mármore com gradis de proteção em bronze com motivos florais e corrimão em latão dourado. Finalmente, no alto, uma imensa clarabóia com vitrais coloridos parecia estar sustentada por doze cariátides de gesso. O espaço

interno do edifício foi dividido em várias salas, que passariam a abrigar as distintas seções do acervo e o serviço técnico-administrativo, separadas por paredes divisórias de madeira e envidraçadas.

Ainda antes da inauguração das novas instalações, o diretor informava ao Ministro da Justiça a encomenda de painéis decorativos para o salão de leitura e a respectiva galeria:

Fizeram-se quatro painéis no salão e dous na galeria, onde ficaram faltando outros dous encomendados ao reputado artista Henrique Bernardelli que os não poudé fazer a tempo. Os que formam a serie do salão representam a *Imaginação*, a *Observação*, a *Reflexão* e a *Memória*, e são de Modesto Brocos ou dous primeiros e de Rodolpho Amoedo os dous últimos. Os que fizeram na galeria são do pincel de Elyseu Visconti e representam a *Solidariedade Humana* e o *Progresso*. Essas decorações são pintadas sobre tela que foi collada à parede. Escolhi os assumptos que me pareceram adequados e a artistas d'entre os mais competentes confiei a sua interpretação.²⁷

Se, de fato, a empreitada prodigalizou os melhores esforços por buscar um estilo que reverenciava o passado e que poderia produzir um efeito edificante sobre os futuros frequentadores, o aparelhamento da biblioteca também não deixava de ser um elogio da modernidade e de suas tecnologias. O relatório do diretor fornece um detalhamento dessa parafernália incorporada à biblioteca, destacando o mobiliário metálico encomendado à Art Metal Construction Company (Jamestown, N. York) e à Van Dorn Iron Works Companyos (Cleveland, Ohio), formado por estantes de vários tipos, balcões e arcazes resistentes ao fogo e à ação nefasta de seres bibliófagos; uma “machina de limpeza pelo vácuo”; um “aparelho transportador de livros (*book-carrier*)”, que permitiria maior rapidez na expedição dos livros dos depósitos ao salão de leitura; um sistema interno de envio dos formulários de solicitação de consulta por meio de tubos pneumáticos, o que exigiu a instalação de um compressor de ar, e ainda a aquisição de “18 aparelhos Telephonicos Ericsson e um centro de 30 linhas para a rede interna da Bibliotheca”.²⁸

No dia 29 de outubro de 1910, numa cerimônia que marcou a inauguração do novo prédio e o centenário da instituição, o Diretor da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva, acompanhado do Presidente da República, Nilo Peçanha, e do Ministro da Justiça, Emeraldino Bandeira, abria as portas do “palácio dos livros”. Coube ao diretor o pronunciamento oficial, que enfatizava a magnitude do evento:

Coroamento da gigantesca empreza que a 15 de Agosto de 1905 começou a ser executada, a festa de hoje é a confirmação do meu prognóstico então expresso. A pedra inicial lançada naquella data, que ficou memorável, transformou-se prodigiosamente em magnífico palácio, a que não foi alterado o primitivo destino.

Esboçava-se então a victoria de uma causa nobre e altruística. Era o prologo de uma outra obra colossal, a cujo epílogo estamos assistindo neste momento.

O triumpho é agora completo

É finalmente uma fulgurante realidade a instalação da Bibliotheca Nacional num edificio para ella construído, isolado, vasto, incombustível, apropriado.²⁹

O evento recebeu ampla cobertura da imprensa carioca, que, de maneira unânime, destacava a presença de autoridades nacionais e de representantes das legações estrangeiras naquele espaço que abrigava a memória da cultura letrada emoldurada por um edificio que dignificava a sociedade brasileira.³⁰

Sintonizada com a moda das conferências mundanas, a Biblioteca Nacional foi palco de performances de intelectuais que pontificavam no cenário político-cultural da Belle Époque. Entre os participantes do primeiro ciclo de conferências, realizadas no ano de 1912, destacam-se José Veríssimo, que discorreu sobre “A nossa evolução literária”; Roberto Gomes abordou a “Arte e o gosto artístico no Brasil”; Juliano Moreira tratou do “Progresso das ciências no Brasil”; Pandiá Calógeras dissertou sobre o “Brasil e o seu desenvolvimento econômico” e Hélio Lobo examinou o “Brasil no conceito (sic) das nações”.

Em 1913, apresentaram-se no salão da Biblioteca Nacional: Oliveira Lima, com “Os nossos diplomatas”; Roquette Pinto, com “Aborígenes etnográficos”; Alberto Rangel, com “Os sertões brasileiros”; Alberto de Oliveira, com “O culto da forma na poesia brasileira”; Arrojado Lisboa, com “O problema das secas”; Dias de Barros, com “Conquistas da medicina brasileira”; Aaulfo de Paiva, com “Justiça e Assistência. Novos horizontes”; Carlos Seidl, com “A função governamental em matéria de higiene”; Leopoldo de Bulhões, com “Os nossos financistas”. Acrescente-se, ainda, os cursos de História da Civilização, sua origem, sua marcha e seu desenvolvimento no mundo antigo, proferido em francês pelo Pe. Dr. A. Deiber, e o curso sobre Folclore, oferecido por João Ribeiro.

No ano de 1914, foram oferecidos dois cursos. O primeiro, a cargo de Rodrigo Otávio, abordou O direito positivo e a sociedade internacional, e o segundo, ministrado por Oscar de Sousa, sobre A vida da matéria. Do radium e da radioatividade. O relatório das atividades indica a realização de sete conferências, coordenadas pelo diretor da Biblioteca Nacional, a saber: “O direito no Brasil. Sua feição e seus grandes intérpretes” por Clóvis Bevilacqua; “Vida econômica e financeira do país”, por Amaro Cavalcanti; “O teatro brasileiro. Seus domínios e aspirações”, por Oscar Lopes; “Aspectos do humor na literatura nacional” por Afrânio Peixoto; “O purismo e o progresso da língua portuguesa”, por Said Ali; “A dor física nas operações cirúrgicas e os meios de a suprimir”, por José de Mendonça; “A arquitetura e a arte ornamental. Fases de seu desenvolvimento no Brasil”, por Araújo Viana.³¹

Desafinando o coro dos arrivistas que, embaçados com as projeções grandiosas do centro remodelado, exultavam diante da suntuosidade da nova sede da Biblioteca Nacional, Lima Barreto assinalou, de um ponto de vista bastante pessoal, os efeitos perturbadores despertados pela monumentalidade do edifício entre os seus habituais leitores e frequentadores. O tom rebarbativo empregado por esse enfeitado da Belle Époque explicitava algumas das aporias do programa republicano, notadamente a falácia entre os limites da cidadania e o restritivo acesso à cultura letrada:

(...) Pouco freqüente a Biblioteca Nacional, sobretudo depois que se mudou para a avenida e ocupou um palácio americano.

A minha alma de bandido tímido, quando vejo dêesses monumentos, olho-os, talvez, um pouco, como um burro; mas, por cima de tudo, como uma pessoa que se estarrece de admiração diante de suntuosidades desnecessárias.

(...) O Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos, em um palácio intimidador, é das mais curiosas... como é que o Estado quer que os mal vestidos, os tristes, os que não têm livros caros, os maltrapilhos “fazedores de diamantes” avancem por escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara?

A velha biblioteca era melhor, mais acessível, mais acolhedora, e não tinha a empáfia da atual.

Mas, assim mesmo, amo a biblioteca e, se não vou lá, leio-lhe sempre as notícias.³²

Recebido em maio/2002; aprovado em março/2003

Notas

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no IV Congresso Internacional de História Literária da PUC-RS, em outubro de 2001.

** Historiador, professor assistente-doutor da Faculdade de Educação-USP.

¹ JACOB, Christian. “Préface”. In: BARATIN, Marc e JACOB, Christian (dir.). *Le pouvoir des bibliothèques*. Paris, Albin Michel, 1996, p. 13.

² SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-26)*. Rio de Janeiro, Getúlio Costa, s/d, p. 74.

³ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1985, pp. 186-187.

⁴ A expressão é de NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”. In: *Le lieux de mémoire I. La République*. Paris, Gallimard, 1989.

⁵ MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro, A Noite, 1941, p. 255.

⁶ De acordo com Adolfo Morales de los Rios Filho, a lista de venda do espólio de Grandjean de Montigny (1866) arrolava ainda uma planta geral do edifício, do corte longitudinal, da perspectiva e da elevação em maior escala da parte central.

⁷ Parecer de Felix Ernílio Taunay (29/1/1842), diretor da Academia Imperial de Bellas-Artes, apud ARESTIZABAL, Irma (dir.). *Uma cidade em questão: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Index, 1986, pp. 261-262.

⁸ PORTO-ALEGRE, Manoel Araújo. Bellas Artes. In: *Minerva Brasiliense*, n. 5, v. 1 (1844), p. 151.

⁹ Para uma compreensão das mutações das “bibliotecas dos príncipes”, consulte PETRUCCI, Armando. “Bibliotecas y lectura: entre progreso y conservación”. In: *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona, Gedisa, 2000, pp. 284-285.

¹⁰ RODRIGUEZ, Eugenio. *Descrizione del viaggio a Rio de Janeiro*. Napoli, Presso Caro Batelli e Comp., 1844, p. 69.

¹¹ Cf. *Relatório do Diretor da Bibliotheca Nacional*, 6/5/1853, p. 8.

¹² Idem, p. 8.

¹³ AZEVEDO, Moreira de. *Panorama ou descripção dos principaes edificios da cidade do Rio de Janeiro*, v. 2. Rio de Janeiro, Typ. de Paula Brito, 1861-1867, p. 232.

¹⁴ KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980, pp. 140-143.

¹⁵ “Bases do concurso para um projecto de edificio destinado á Bibliotheca Nacional, Archivo Publico do Imperio, e salas de conferencias, sessões scientificas e litterarias”. In: *Anexo E do Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 18ª legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império Pedro Leão Velloso*, pp. 1-3.

¹⁶ Idem, p. 2.

¹⁷ A título de ilustração: em 1880, a Biblioteca recebeu, de Francisco Otaviano de A. Rosa, 38 manuscritos. Em 1881, recebeu uma rica coleção de cartas e documentos da missão diplomática no Prata, no contexto da Guerra do Paraguai, do filho do Barão do Rio Branco, da parte do livreiro J. Martins Ribeiro; foi beneficiária de 18 manuscritos do espólio do Marquês de Olinda; de Joaquim Norberto de Souza e Silva partiram 32 manuscritos acerca da História do Brasil. Em 1884, Salvador de Mendonça doou 122 obras em 215 volumes, manuscritos e estampas sobre o domínio holandês; Saldanha da Gama trouxe de Lima uma copiosa série de documentos sobre a história, a geografia e as belas-letas; Beaurepaire Rohan doou livros, almanaques e revistas de política e história militar. Em 1885, chegaram 1115 volumes doados pela Biblioteca Nacional do Chile e 999 volumes sobre pedagogia e lingüística da biblioteca do Colégio D. Pedro II. Cf. MAURICÉA FILHO, A. *Ramiz Galvão. O Barão de Ramiz (1846-1938)*. Rio de Janeiro, INL, 1973, pp. 108-110.

¹⁸ Cf. ALMEIDA, Pires de. *Bibliotheca Nacional. Resumo histórico*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1897, p. 14. A abnegação do imperador que se desfez de sua preciosa biblioteca quando foi tanguido para o exílio pelos republicanos gerou notas indignadas de um velho partidário: “Que contraste! Ao passo que o Congresso discutia se a Nação devia como atenuação de crudelissima iniquidade enviar ao mais illustre dos exilados, que algum dia houve, 120:000\$ annuaes, cedia elle a essa Nação a sua bibliotheca, mais de 2.000:000\$, com o maior desprendimento, a mais admiravel largueza e espontaneidade!”. TAUNAY, Visconde. “Na bibliotheca do imperador”. In: *Homens e cousas do Império*. São Paulo, Melhoramentos, 1924, p. 135.

¹⁹ SANTOS, Paulo F. “Arquitetura e urbanismo na Avenida Central”. In: FERREZ, Marc. *O álbum da Avenida Central*. São Paulo, Ex-Libris, 1983, p. 39.

²⁰ Cf. “Parecer: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. 11/5/84”. In: PESSOA, José (org.). *Lúcio Costa: Documentos de trabalho*. Rio de Janeiro, Iphan, 1999, pp. 288-290. Esse mesmo tipo de atribuição autoral equivocada

da também pode ser apreendido no caso do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, uma vez que o vencedor do concurso para construção do edifício foi o engenheiro Francisco de Oliveira Passos, mas o projeto havia sido adquirido em Paris.

²¹ Sobre as reformas urbanas no Rio de Janeiro e os seus desdobramentos no cotidiano da população, veja: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 1982; idem. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: *História da Vida Privada no Brasil* v. 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

²² Cf. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 33. Rio de Janeiro, 1911, p. 395.

²³ RIO, João do. “Horas da biblioteca”. In: *Cinematógrafo*. Porto, Chardron, 1909, p. 249.

²⁴ Idem, pp. 250 e 251.

²⁵ Idem, p. 252.

²⁶ Idem, pp. 256-257.

²⁷ Cf. “A Bibliotheca Nacional em 1910. Relatório do Diretor”. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 33 (1911), p. 389.

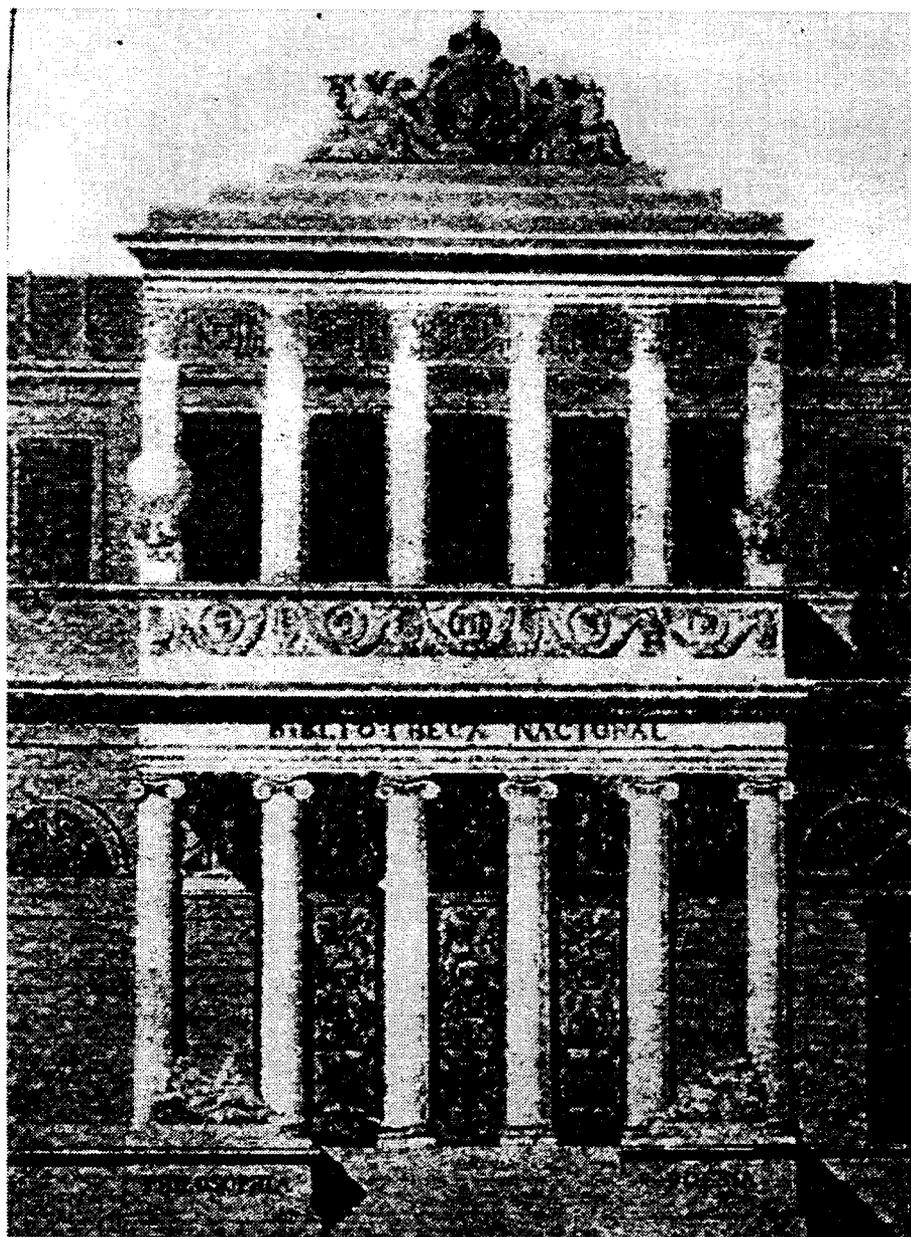
²⁸ Idem, ibidem, pp. 387-390.

²⁹ Idem, ibidem, pp. 393-394.

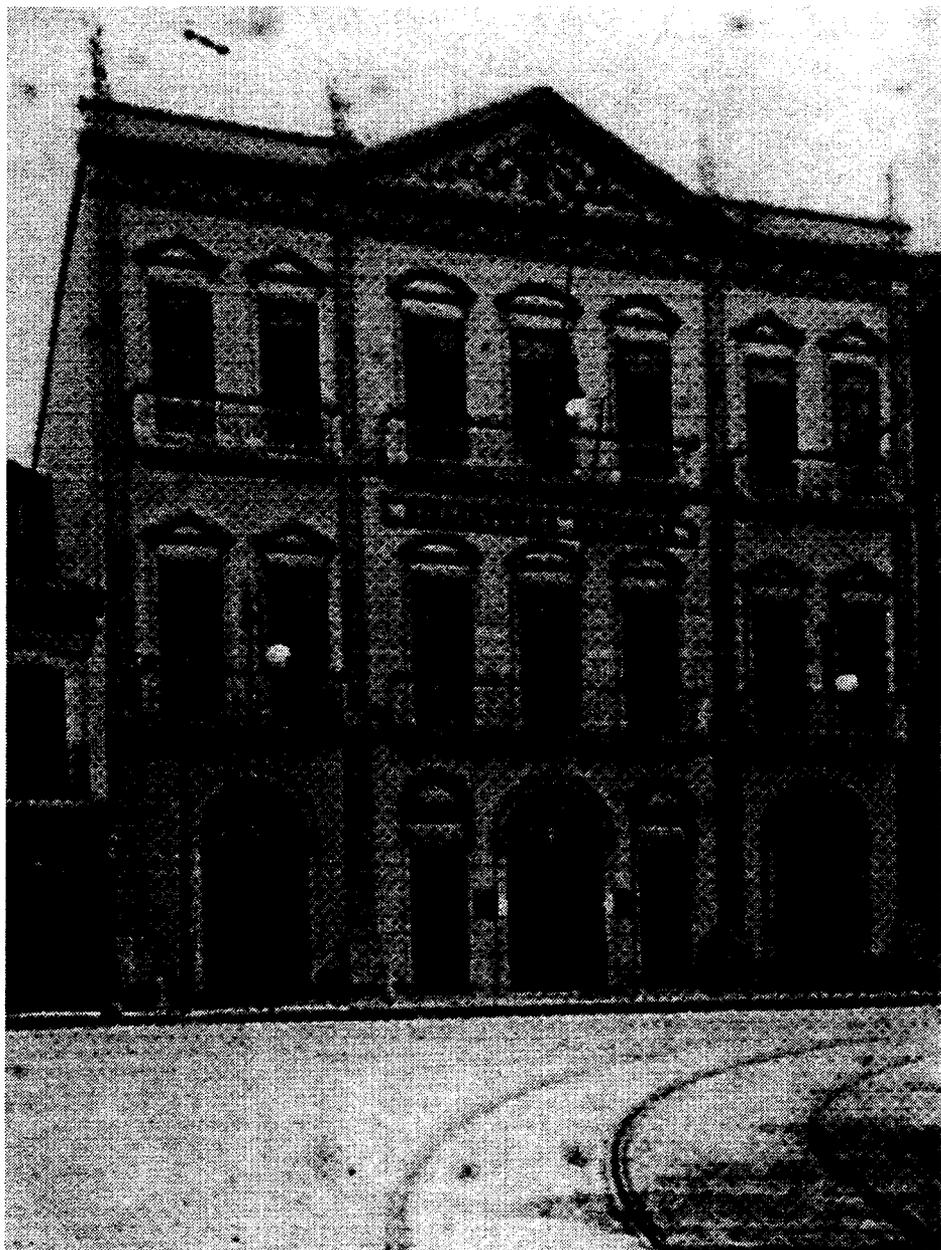
³⁰ A repercussão desse evento na imprensa pode ser acompanhada pelos seguintes artigos: A inauguração de hoje, Bibliotheca Nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 29/10/1910, p. 5.; “Inaugura-se hoje o edifício da Biblioteca Nacional, na Avenida. *Correio da Manhã* (29/10/1910), p. 3; Bibliotheca Nacional. *O Paiz* (30/10/1910), p. 3; Bibliotheca Nacional. *Jornal do Commercio* (30/10/1910), p. 5.

³¹ A relação das conferências realizadas na Biblioteca Nacional aparece nos Relatórios do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, respectivamente: 1913 (p. 78); 1914 (pp. 55-56) e 1915 (pp. 104-105).

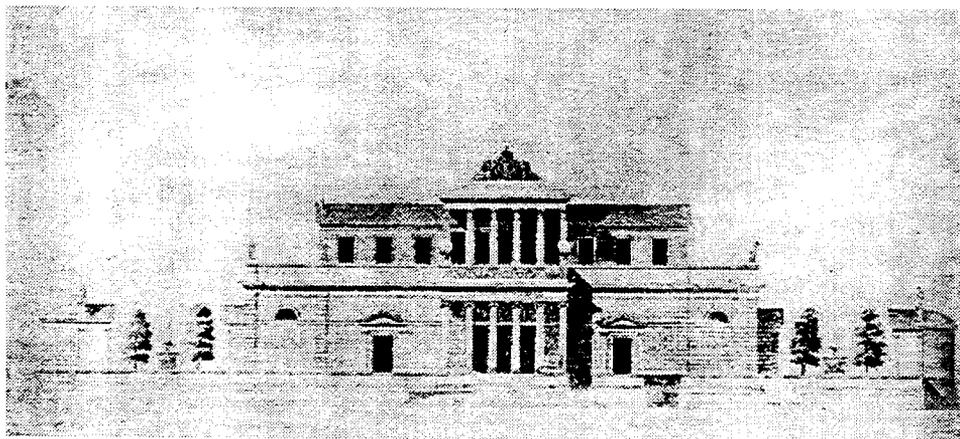
³² BARRETO, Lima. “A Biblioteca”. In: *Obras completas*, v. XII (org. e dir. Francisco de Assis Barbosa). São Paulo, Brasiliense, 1956, pp. 37-38. Originalmente, este artigo foi publicado no *Correio da Noite*. Rio de Janeiro, 13/1/1915.



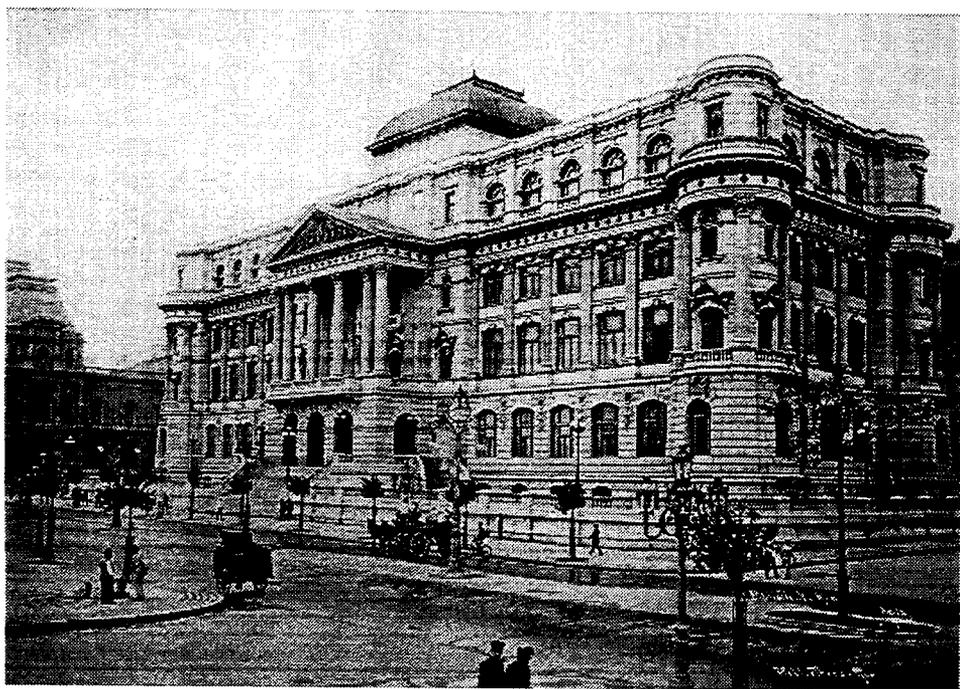
Corpo central da fachada da Biblioteca Imperial projetada por Grandjean de Montigny (cerca 1841)



Prédio da Biblioteca Nacional na Rua do Passeio (cerca 1900)



Risco da Fachada para a Biblioteca Imperial, Grandjean de Montigny (cerca 1841)



Prédio atual da Biblioteca Nacional na Avenida Central, por Augusto Malta (cerca 1910)